

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1.596, DE 13 DE MARÇO DE 1989.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINIS TRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPITULO I

### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 1º - A estrutura administrativa básica da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves ficará constituída da seguinte forma:

- I Órgão de Administração e Representação:
  - 1. Conselho Municipal de Urbanismo
  - 2. Conselho Municipal de Educação
  - 3. Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural
  - 4. Conselho Municipal de Trânsito
  - 5. Conselho de Planejamento e Desenvolvimento Munici pal
- II Órgão de Administração Centralizada:
  - a) Órgãos de Assessoramento
    - . Procuradoria Geral do Município
    - . Secretaria Municipal de Governo



- b) Orgãos Auxiliares
  - . Secretaria Municipal de Administração
  - . Secretaria Municipal da Fazenda
- c) Órgãos de Administração Específica
  - . Secretaria Municipal de Obras e Viação
  - . Secretaria Municipal de Educação e Cultura
  - . Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
  - . Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente , Trabalho, Habitação e Ação Social
  - . Secretaria Municipal de Turismo
  - . Secretaria Municipal de Desporto
  - . Secretaria Municipal de Agricultura e Abasteci mento
- d) Órgão de Desconcentração Territorial
  - . Sub-Prefeitura de Monte Belo
  - . Sub-Prefeitura de Pinto Bandeira
  - . Sub-Prefeitura de Santa Tereza
  - . Sub-Prefeitura de Faria Lemos
  - . Sub-Prefeitura de Tuiuty
  - . Sub-Prefeitura de São Pedro
- e) Órgãos de Apoio
  - . Coordenadores de Bairros
- III Órgão de Administração Descentralizada
  - . Fundação Casa das Artes
- Art. 2º Para o desempenho das atividades diretamente ligadas ao Prefeito Municipal, as unidades ad ministrativas passam a ser as seguintes:
  - 1. Assessoria de Gabinete
  - 2. Assessoria para Assuntos Administrativos
    - § 1º Serão vinculados por linha de coordenação:
  - I Ao Secretário Municipal de Obras e Viação, os Conse lhos Municipais de Urbanismo e de Trânsito;
  - II Ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, os Conselhos Municipais de Educação e de Patrimônio

H1]

fl. 03



#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

### Histórico e Cultural;

- § 2º Serão subordinados ao Prefeito por linha de Autori dade Integral, os órgãos de Administração Centralizada.
- § 3º Serão subordinados ao Prefeito por linha de Coor denação e Controle, os órgãos de Administração Descentralizada.
- § 49 A competência e composição dos Conselhos Municipais de Educação e do Patrimônio Histórico e Cultural serão definidas em legislação específica.
- § 5º A composição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Urbanismo e de Trânsito serão disciplinados em regulamento próprio, a ser baixado por Decreto do Prefeito.
- Art. 3º O Prefeito Municipal poderá instituir até (06) seis programas especiais de trabalho, com objetivos específicos que não estejam incluídos na área de competência das Secretarias ou órgãos de Administração Descentralizada, obedecendo ao disposto no Capítulo III dessa lei.

### CAPÍTULO II

## DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### SEÇÃO I

#### DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Art. 4º A Procuradoria Geral do Município é o Órgão da Prefeitura que tem por competência:
- I A defesa em juízo ou fora dele, dos direitos e inte



resses do Município;

- II A emissão de pareceres sobre questões jurídicas;
- III A redação de projetos de lei, de justificativa de ve tos, decretos, regulamentos, contratos, e outros documentos de natureza jurídica;
  - IV O procedimento da cobrança judicial da dívida ativa tributária e da proveniente de quaisquer outros créditos do Município;
    - V O assessoramento ao Prefeito nos atos executivos, relativos à desapropriação, aquisições e alienações de imóveis pela Prefeitura.
  - VI A orientação jurídica nos inquéritos administrativos
- VII A organização e atualização de coletânea de leis municipais, bem como da legislação federal e estadual, de interesse do Município.

### SEÇÃO II

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- Art. 5º A Secretaria Municipal de Governo é o órgão central da Prefeitura que tem por competência:
- I Preparar expedientes a serem submetidos ao Prefeito;
- II Organizar o serviço de audiências públicas, solenida des e recepções oficiais;
- III Encaminhar à Câmara Municipal todos os projetos de lei do Poder Executivo, bem como os contratos e outros atos;
  - IV Receber as leis já aprovadas pela Câmara Municipal, procedendo o respectivo registro e o controle dos prazos facultados pela lei para sanção ou veto;

. . . . . . . . .



- V Efetuar o registro das leis promulgadas e dos decre tos assinados;
- VI Manter arquivo dos originais de leis, decretos e ou tros atos administrativos;
- VII Promover os contatos do Prefeito e dos Secretários com os órgãos de imprensa;
- VIII Efetuar a distribuição e o controle de matéria jornalística que envolva o Município;
  - IX Manter arquivos de notícias e notas oficiais distri buídas à imprensa;
    - X Propiciar todas as facilidades para o bom andamento do trabalho dos jornalistas credenciados;
  - XI Efetuar levantamento e atualização de dados estatis ticos e informações básicas de interesse para o pla nejamento e execução das ações municipais;
- XII Regulamentar e controlar serviços de transportes  $p\underline{\hat{u}}$  blicos concedidos e permitidos pela Prefeitura;
- XIII Levantar dados para a fixação das tarifas dos trans portes urbanos e interdistritais;
  - XIV Fixar, depois dos necessários estudos e levantamentos o valor das tarifas dos automóveis de aluguel;
    - XV Efetuar estudos e análises para fixação de valores dos serviços funerários efetuados no Município por empresas permissionárias;
- XVI Coordenar, junto com os órgãos competentes, todas as atividades concernentes à telefonia e eletrifica ção rural.
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Governo compreende as seguintes unidades diretamente subordina das ao respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Assessoria de Comunicação Social

.



- 3. Departamento jurídico
- 4. Junta de Serviço Militar
- 5. Gabinete do Prefeito
- 6. Departamento de Transportes

## SECÃO III

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Administração é o ó $\underline{r}$  gão Central do Sistema Municipal de Administração ção Geral que tem por competência:

- I A proposição de políticos sobre a administração de pessoal:
- II As funções normativas e de controle da atuação da Prefeitura no gerenciamento de seus recursos humanos;
- III O recrutamento, seleção, registro e controle funcionais, bem como pagamento e demais atividades relativas ao pessoal da Prefeitura;
- IV A administração dos planos de classificação de car gos, empregos e funções dos servidores;
- V A promoção, em articulação com a Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, Trabalho, Habitação e Ação Social, da inspeção de Saúde dos servidores municipais, para efeitos de admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;
- VI A organização e a coordenação de programas de capacitação dos recursos humanos da Prefeitura;
- VII A divulgação de técnica e métodos de segurança e medicina do trabalho no ambiente da Prefeitura, de modo a reduzir e/ou eliminar os riscos existentes;

. . . . . . . . . .



- VIII A elaboração de normas e controles referentes à administração de material e do patrimônio mobiliá rio;
  - IX As atividades referentes à padronização, aquisição, guarda e distribuição de material;
    - X O tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis;
  - XI A elaboração de normas para administração e conservação dos edifícios onde funcionam os órgãos da Pre feitura, desconcentrados fisicamente;
  - XII A administração e conservação do edifício-sede da Prefeitura e de outros prédios municipais, nos casos em que essas atividades não estejam atribuídas expressamente à outros órgãos dos processos e documentos da Prefeitura;
- XIII A elaboração de normas e a promoção de atividades relativas ao recebimento, distribuição e controle de andamento dos processos e documentos da Prefeitu ra;
  - XVI A elaboração e implantação de normas sobre a guarda, distribuição, conservação e abastecimento da frota de veículos de transporte da Prefeitura;
    - XV A coordenação e controle sobre todo o tipo de servi ço de vigilância e segurança da Municipalidade.
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Administração com preende as seguintes unidades diretamente subordinadas ao respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Comissão Interna de Prevenção de Acidente
  - 3. Departamento de Recursos Humanos
  - 4. Departamento de Comunicação e Serviços Auxiliares

SEÇÃO IV



# DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

- Art. 7º A Secretaria Municipal da Fazenda é o órgão da Prefeitura que tem por competência:
- I A execução da política fiscal do Município;
- II A elaboração, em colaboração com a Secretaria Municipal de Governo, da proposta orçamentária anual e a do orçamento plurianual de investimentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Municipal;
- III O acompanhamento e o controle da execução monetária;
  - IV O cadastramento, o lançamento, a arrecadação e a fis calização dos tributos e demais receitas municipais;
    - V O levantamento anual do movimento econômico dos esta belecimentos de produção e de comércio para o cálculo do índice do ICM do Município, em colaboração com a Secretaria Estadual da Fazenda;
  - VI A implantação de medidas que visem manter atualiza das as plantas cadastrais necessárias ao planejamento e formulação das políticas tributárias;
- VII A inscrição em dívida dos débitos atrasados;
- VIII A promoção dos serviços de registro e controle cont<u>á</u> bil da administração orçamentária, financeira e pa trimonial;
  - IX A preparação dos balancetes, bem como do Balanço Geral e das prestações de contas de recursos transferidos para o Município, por outras esferas do Governo;
  - X O recebimento, o pagamento, a guarda, a movimentação e a fiscalização dos dinheiros e outros valores;
  - XI A fiscalização e tomada de contas dos órgãos de administração centralizada, encarregados da movimentação de dinheiro e outros valores;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

- XII O processamento das licitações para compra de materiais, bem como a contratação de obras e serviços.
- § UNICO A Secretaria Municipal da fazenda compreende as seguintes unidades diretamente subordina das ao respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento de Receita.
  - 3. Departamento de Administração Financeira
    - . Tesouraria
  - 4. Departamento Geral de Compras
    - . Almoxarifado

## SEÇÃO V

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- Art. 8º A Secretaria Municipal de Obras e Viação é o órgão da Prefeitura que tem por competência:
- I A proposição de políticas de obras de infra-estrutura e equipamentos urbanos compatíveis com a situa ção do Município;
- II A elaboração de projetos de obras públicas municipa is e dos respectivos orçamentos;
- III As atividades relativas à construção e conservação das obras públicas e instalações para a prestação de serviços à comunidade;
- IV A execução das atividades relacionadas com a cons trução de galerias, meios-fios, guias e sarjetas;
  - V A execução das atividades relacionadas com a cons trução de praças, parques e poços artesianos;
- VI O acompanhamento e a fiscalização das obras públi cas contratadas à terceiros;



- VII A proposição de projetos referentes à estrutura viá ria do Município;
- VIII A elaboração, acompanhamento, controle, avaliação e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município e de outros planos, programas e projetos que visem coordenar a ocupação, o uso ou a regularização de posse do solo urbano;
  - IX A realização de estudos e a proposição de normas ur banísticas para o Município, e em especial as referentes à desenho urbano, zoneamento, obras, edifica ções e posturas, bem como sua revisão e atualização;
    - X O exame e a aprovação dos pedidos de licença de loteamento urbano, construções, localização de atividades comerciais, industriais e de serviços, de acor do com as normas urbanísticas do Município;
  - XI O estudo, elaboração e aplicação de normas relati vas às atividades urbanísticas sujeitas ao poder de polícia municipal;
  - XII A execução das atividades relacionadas com a cons trução e abertura de vias e logradouros públicos;
- XIII A construção e conservação de estradas municipais , quando não mantidas pelos próprios Distritos;
  - XIV A elaboração dos trabalhos topográficos necessários aos projetos de obras municipais;
    - XV O estudo para desapropriação das áreas destinadas à realização de obras públicas;
  - XVI A administração das unidades de fabricação de materiais de construção, a serem empregados nas obras públicas;
- XVII A administração, o controle, a manutenção e a dis tribuição dos equipamentos mecânicos e máquinas pesadas utilizadas nas obras públicas;
- XVIII A administração e controle da distribuição, guarda

MI



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

e uso de material explosivo, utilizado em determin<u>a</u> das atividades de obras;

- XIX A proposição de política de serviços, compatíveis com a situação do Município;
  - XX Os serviços de iluminação pública e de conservação e de manutenção das vias urbanas pavimentadas;
- XXI A limpeza e conservação de bueiros e galerias pluviais, valas, vias e logradouros públicos e a destinação final do lixo;
- XXII O controle e a fiscalização dos serviços concedidos relativos à coleta de lixo, bem como a elaboração de estudos técnicos de projetos referentes à limpeza urbana e destinação final do lixo;
- XXIII A organização do sistema de trânsito e tráfego urba no, em colaboração com os órgãos competentes do Estado;
  - XXIV A implantação e manutenção da sinalização do trânsito;
    - XXV A promoção e coordenação de campanhas educativas de trânsito;
- XXVI A proposição de diretrizes gerais e projetos refe rentes à estrutura de área viária básica e sistema de trânsito e trâfego;
- XXVII A organização de estatísticas e a realização de estatísticas e a realizaçõe de estatísticas e a realizaçõe de estatísticas e a realizaçõe de estatísticas e e a realizaçõe de estatísticas e extended e estatí
- XXVIII A administração dos serviços municipais em áreas lo calizadas fora da sede do Município, sempre que lhes forem delegados;
  - XXIX A fiscalização de posturas em geral e de polícia ad ministrativa a cargo do Município, não atribuídas especificamente à outros órgãos da Administração.
    - XXX A execução dos serviços de pintura, reparação e pequenos consertos nas instalações elétricas e hidráu

State



licas dos prédios e equipamentos utilizados pelos serviços da Prefeitura.

§ ÚNICO - A Secretaria Municipal de Obras e Viação compreende as seguintes unidades diretamente subordinadas ao respectivo titular:

- 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
- 2. Departamento de Serviços Públicos
- 3. Departamento de Obras
- 4. Departamento de Estudos e Projetos
- 5. Departamento de Trânsito
- 6. Almoxarifado
- 7. Departamento Geral de transportes
- 8. Departamento Geral de Manutenção

## SEÇÃO VI

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 9º - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura é o órgão da Prefeitura que tem por competên-

cia:

\*

- I A proposição de políticas educacionais que levem em conta os objetivos de desenvolvimento econômico, po litico e social;
- II O desenvolvimento de programas educacionais orienta
  dos no sentido de promover a identidade cultural;
- III A elaboração de planos e programas municipais de educação, e o comando de sua implementação;
  - IV A promoção de estudos, pesquisas e outros trabalhos que visem aprimorar o Sistema Municipal de Educação, e adequar o ensino à realidade social;
  - V A instalação, manutenção e administração dos estabe lecimentos escolares a cargo do Município;



- VI O aperfeiçoamento e atualização dos professores municipais;
- VII A orientação técnico-pedagógica aos estabelecimen tos de ensino;
- VIII A organização e manutenção dos serviços de assistên cia ao educando;
  - IX A promoção do desenvolvimento cultural do Município, através do estímulo à ciência, às letras e outras manifestações culturais, em coordenação com a Fundação Casa das Artes;
  - X As ações visando ao levantamento, à documentação e à proteção do patrimônio arquivístico, histórico e artístico;
  - XI A organização e a administração do Arquivo Público e Histórico do Município de Bento Gonçalves;
  - XII O incentivo e a proteção às atividades artísticas;
- XIII A organização e promoção das festividades e acontecimentos relacionados com o calendário histórico e cultura popular;
  - XVI A organização e administração de equipamentos de fomento às atividades culturais e artísticas, não a tribuídos expressamente à Fundação Casa das Artes;
    - XV O apoio técnico aos Conselhos Municipais de Educa ção e de Patrimônio Histórico e Cultural;
  - XVI O estudo e a administração do serviço de transporte escolar, em consonância com outros órgãos da admi nistração estadual e federal.
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Educação e Cultura compreende as seguintes unidades diretamente subordinadas ao respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento de Educação
  - 3. Departamento de Cultura
  - 4. Arquivo Público e Histórico

still



## SEÇÃO VII

# DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

# TRABALHO, HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambie<u>n</u>
te, Trabalho, Habitação e Ação Social é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I O levantamento dos problemas e a proposição dos programas municipais de saúde do Município;
- II O desenvolvimento de campanhas e programas de saúde pública, com ênfase na atenção médica primária, em coordenação com as entidades estaduais e federais;
- III A execução de programas específicos de assistência médica e odontológica aos alunos da rede municipal de ensino, em coordenação com a Secretaria Munici pal de Educação e Cultura;
  - IV A inspeção de saúde dos servidores municipais, para efeitos de admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;
  - V A assistência médica e odontológica primária à população de baixa renda;
- VI A organização e administração de unidades municipais de saúde;
- VII A promoção de campanhas preventivas de educação sanitária e de vacinação da população;
- VIII Promover medidas de preservação no ambiente natural;
  - IX Promover medidas de combate à poluição ambiental e fiscalizar, diretamente ou por delegação, seu cum primento;

á



- X Licenciar a exploração de jazidas e substâncias minerais de emprego imediato na construção civil e controlar sua conformidade com as disposições legais pertinentes;
- XI Administrar reservas biológicas municipais;
- XII Aprovar projetos de aterros sanitários, acompanhando-lhes a execução; .
- XIII Apreciar os pedidos de colocação de painéis de propaganda em logradouros públicos, em prédios e terre nos, bem como a pintura de propaganda externa em prédios;
  - XVI Articular-se com outros órgãos públicos ou entidades privadas nacionais ou internacionais, afetos à sua área de atuação, objetivando o pleno desempenho de suas atribuições;
    - XV A realização, em colaboração com entidades públicas e privadas, de programa de capacitação de mão-deobra e sua integração ao mercado de trabalho local.
  - XVI A organização de atividades ocupacionais dos dife rentes grupos da comunidade, visando a sua integração à economia local;
- XVII A proposição da política habitacional popular do Mu nicípio;
- XVIII A assistência técnica e material às associações de bairros e outras formas de organização da sociedade, que persigam a melhoria das condições de vida dos habitantes do Município;
  - XIX A promoção de atividades visando orientar o comportamento de grupos específicos face à problemas de saúde, higiene, educação e outros, em colaboração com as demais secretarias;
    - XX A coordenação das ações dos órgãos públicos e entidades privadas que visem solucionar os problemas so ciais da comunidade urbana e rural;



- XXI O cadastramento e orientação das obras sociais existentes no Município;
- XXII A colaboração com outros órgãos da Prefeitura, na elaboração de estudos e diagnósticos dos principais problemas sociais do Município, com a participação da população;
- XXIII A proposição de estratégias de ação, face aos problemas sociais prioritários do Município, com a par ticipação da comunidade;
  - XXIV A participação, dentro dos programas municipais, com estudos e atividades de apoio à projetos de infra estrutura urbana, baseados no princípio de ajuda mútua, projetos de adaptação da população à núcleos urbanos ou projetos de renovação;
  - XXV A fiscalização da aplicação dos recursos municipais destinados às instituições de caráter social;
- XXVI O desenvolvimento e acompanhamento na execução de projetos de saneamento básico, em colaboração com outros órgãos das administrações municipal, estadual e federal;
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambien te, Trabalho, Habitação e Ação Social compreende as seguintes unidades administrativas diretamente subordinadas ao seu respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento de Saúde e Meio Ambiente
  - 3. Departamento de Habitação, Trabalho e Ação Social

### SEÇÃO VIII

# DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

1.411



é o órgão da Prefeitura que tem por competên-

cia:

- I Promover programas de fomento às atividades industriais e comerciais compatíveis com a vocação da economia local;
- II O incentivo e a orientação à formação de associa ções cooperativas e outras formas de organização vol tadas para a indústria e o comércio;
- III A promoção de articulação com organismos tanto de âmbito governamental como da iniciativa privada, vi sando ao aproveitamento de incentivos e recursos pa ra o desenvolvimento da indústria e do comércio;
- IV O estímulo à instalação e localização de indústrias que utilizem insumos disponíveis no Município, sem prejuízos ao meio ambiente;
  - V A manutenção de intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento econômi co e tecnológico das atividades industriais e comer ciais;
- VI A promoção e a realização de feiras, congressos e exposições, visando a divulgação do turismo, da indústria e do comércio locais;
- VII A organização e a manutenção do cadastro relativo aos estabelecimentos industriais e comerciais do Município;
- VIII A promoção e o apoio à atividades econômicas alternativas e à microempresa, como formas de incentivo à geração de rendas e empregos;
  - IX O estudo e a pesquisa de áreas industriais compatíveis ao assentamento de empresas industriais;
    - X A concessão de alvarás depois de ouvido o setor téc nico competente, às empresas industriais e comercia is;



- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Indústria e Comér cio compreende as seguintes unidades subordi-nadas ao respectivo titular;
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento de Indústria e Comércio

## SEÇÃO IX

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- Art. 12 A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento é o órgão da Prefeitura que tem por competência:
  - I A proposição da política de desenvolvimento rural do Município;
  - II Os programas de assistência técnica da Prefeitura às atividades agropecuárias do Município;
  - III Os estudos, programas e projetos com vistas ao desenvolvimento do potencial agroindustrial das colônias localizadas no Município;
    - IV A execução de programas de extensão rural, em integração com outros órgãos municipais pertinentes e as entidades públicas ou privadas que atuam no setor agrícola;
      - V O incentivo e a orientação à formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organizações,vol tadas para a produção agrícola ou abastecimento;
  - VI A atuação, dentro dos limites de competência munici pal, como elemento regularizador do abastecimento da população;
  - VII A organização e administração dos serviços municipa is de feiras livres e outras formas de distribuição

411



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

de alimentos de primeira necessidade;

- VIII A conservação dos parques, hortos, praças e jardins públicos e o desenvolvimento de áreas verdes;
  - IX A arborização das vias e logradouros públicos;
    - X A orientação técnica para a produção de mudas, se mentes e arborização, bem como a preservação dos recursos naturais no âmbito municipal;
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento compreende as seguintes unidades ad ministrativas diretamente subordinadas ao respectivo titular.
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento Técnico
  - 3. Departamento de Agricultura

### SEÇÃO X

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

- Art. 13 A Secretaria Municipal de Turismo é o Órgão da Prefeitura que tem por competência:
- I A organização e execução de planos, programas e eventos que tenham por objetivo incentivar o turismo no Município;
- II A proposição de projetos e investimentos que busquem valorizar e explorar o potencial turístico do Município, em benefício da economia local;
- III A organização e administração de parques e outros estabelecimentos de apoio às atividades turísticas;
  - IV A promoção de congressos e exposição que visem a divulgação do turismo;
    - V A organização e manutenção do cadastro relativo aos estabelecimentos turisticos, especialmente hotéis



restaurantes e similares;

- VI A manutenção e administração do Parque da Fenavinho;
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Turismo compreende as seguintes unidades administrativas diretamente subordinadas ao respectivo titular:
  - 1. Coordenadoria de Administração e Planejamento
  - 2. Departamento de Divulgação e Promoção
  - 3. Departamento de Eventos e Projetos Especiais

### SEÇÃO XI

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER

- Art. 14 A Secretaria Municipal de Desporto e Lazer é o órgão da Prefeitura que tem por competência:
- I Formular e executar programas de esporte amador;
- II Organizar e executar eventos esportivos e recreativos de caráter popular;
- III Assistir e incentivar a formação de associações comunitárias com fins esportivos e de recreação;
  - IV Treinar pessoal das comunidades para apoio técnico e administrativo aos programas desportivos;
  - V A administração dos centros esportivos municipais;
- VI Coordenar o funcionamento do Ginásio Municipal de Esportes e do Estádio Municipal, bem como suas manu tenções;
- VII Executar convênios celebrados entre a Prefeitura e outras entidades, visando o fomento das finalidades esportivas e recreativas;
- § ÚNICO A Secretaria Municipal de Desporto e Lazer com preende as seguintes unidades administrativas diretamente subordinadas ao respectivo titular:
  - 1. Departamento de Desporto e Lazer

FJ.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES GABINETE DO PREFEITO

2. Departamento de Administração

# CAPÍTULO III

# DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE TRABALHO

Art. 15 - Os Programas Especiais de Trabalho, de que trata o Art. 2º, serão instituídos por Decreto, para alcançar objetivos relacionados ao desenvolvimento sócio-eco nômico do Município, que demandem a atuação direta da Prefeitura, em área até então não atribuída aos órgãos que compõem a sua estrutura administrativa.

- § ÚNICO O Decreto que instituir Programa Especial de Trabalho especificará:
- I os objetivos;
- II As atividades a serem executadas;
- III As atribuições do coordenador, bem como sua compe tência para proferir despachos decisórios;
  - IV O órgão a que se subordinará diretamente;
  - V O tempo de duração;
  - VI Os recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento.
- Art. 16 Os encargos de Direção das Coordenações dos Programas Especiais serão atendidos mediante o provimento do cargo em comissão denominado Coordenador de Programa Especial, que consta no Art. 22, da Lei Municipal Nº 1.432, de 1º de julho de 1987.

# CAPÍTULO IV

#### DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 17 - A estrutura administrativa estabelecida

na



presente Lei entrará em funcionamento gradua $\underline{1}$  mente, à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados , segundo as conveniências da administração e as disponibilidades de recursos.

Art. 18 - O Prefeito complementará, na medida em que for necessário, a estrutura básica estabeleci da nesta lei, criando ou extinguindo, mediante Decreto, unidades ad ministrativas e funções de chefia de nível igual ao de padrão CC-1.

Art. 19 - Os cargos de provimento em comissão e as funções de direção e chefia necessárias à implementação da nova estrutura passarão a ser os constantes no Art. 22, da Lei Municipal Nº 1.432, de 1º de julho de 1987, e aditivos das Leis Municipais 1.433, de 31/07/87; 1.449, de 29/10/87; 1.468, de 10/12/87 e 1.495, de 23/03/88.

Art. 20 - Extinto o órgão competente da atual estrutura administrativa, automaticamente extinguir-se-á o cargo em comissão equivalente.

#### CAPITULO V

### DO REGIMENTO INTERNO

- Art. 21 O Prefeito baixará, por Decreto, no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data de publicação dessa Lei, o regimento interno da Administração Centralizada, do qual constarão:
  - I Atribuições gerais das diferentes unidades administrativas da Prefeitura;
  - II Outras disposições consideradas necessárias;
- Art. 22 Será indelegável a competência do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de outros que a Lei indicar;
  - I Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos

67//



previstos nas Constituições da República e do Estado e na Lei Orgânica do Município de Bento Gonçal ves;

- II Enviar à Câmara, no prazo estabelecido na Lei Orgânica, os projetos de lei do orçamento anual e plu rianual de investimentos;
- III Vetar, no todo ou em párte, os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;
  - IV Sancionar, promulgar e fazer promulgar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamento para sua execução;
  - V Apresentar anualmente à Câmara o relatório sobre o estado das obras e dos serviços municipais, a pro posta orçamentária e o programa de administração pa ra o ano seguinte;
- VI Propor a criação, extinção e provimento de cargos públicos municipais e dispor sobre o regimento jurídico dos funcionários da Prefeitura;
- VII Convocar, extraordinariamente, a Câmara Municipal;
- VIII Organizar, reformar ou suprimir os serviços, dentro das verbas do orçamento;
  - IX Prestar à Câmara as informações que esta solicitar sobre negócios do Município;
    - X Expor ou solicitar à Câmara providências de compe tência do Legislativo sobre assuntos de interesse público;
  - XI Nomear e exonerar auxiliares diretos cujos cargos ou funções sejam demissíveis "ad nutum";
- XII Aplicar a penalidade de demissão a bem do serviço público;
- XIII Contrair empréstimos e realizar operação de crédito autorizados pela Câmara Municipal;

. . . . . . . . .





BE

XIV - Decretar a desapropriação na forma da Lei;

XV - Alienar bens do Município;

XVI - Conceder prêmios honoríficos e pecuniários, auxílios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias.

Art. 23 - No Regime Interno de que trata o Artigo Anterior, o Prefeito poderá delegar competência às diversas chefias para proferir despachos decisórios.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 - Os ajustamentos que se fizerem necessários no orçamento, para a aplicação da presente Lei , dependerá de prévia autorização legislativa, sempre respeitados os elementos e funções.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especialmente as Leis 1.447, de 1º de outubro de 1987; 276, de 11 de junho de 1968; 450, de 12 de junho de 1972; 520, de 10 de dezembro de 1973; 889, de 21 de fevereiro de 1979 e 1.278, de 19 de novembro de 1984.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos treze dias do mês de março de mil novecentos e oitentaçe nove.

REGISTRE-ST PUBLIQUE-SE

Secretário de Administração

foi publicad no lugar de cestume no dia 15 /0.3/1989

FORTUNATO JANIE RIZZARDO
Prefeito Municipal

Reg. no Livro de Jens n. 1596 a n. 084 13, 03, 1989 Bernardete Sliazzi Di Becretaria da Administração